Revista Espaço Acadêmico - Nº 123 - Agosto de 2011
Mensal - ANO XI - ISSN 1519-6186

Turismo brasileiro, seu nascimento compromete sua existência

João dos Santos Filho*

O processo de existência da humanidade é resultado do movimento histórico, iniciado nas relações sociais, alimentadas pelos interesses de poder político, econômico e cultural. Com isso, entendemos que o processo histórico é constituído de "[...] formas moventes e movidas da própria matéria: formas de existir, determinações da existência" (LUKÁCS, 1978, p. 3). Assim, alertamos que nada ocorre ao acaso, como se fosse, obra do destino, mas sim, é produto de uma trajetória histórica dialética determinada pelas relações de produção e forças produtivas.

Com isso, descartamos que o fenômeno turístico seja uma atividade eminentemente burguesa e restrita a uma determinada classe social, que a toma como produto do desenvolvimento do capitalismo. Tal percepção é muito mais comum do que pensamos, pois se analisarmos as tentativas feitas pelo Estado brasileiro para trabalhar o fenômeno do turismo, percebemos que os motivos são de irresponsabilidade político pedagógica, como pode ser percebido de forma mais explicita, nas propostas ou medidas com

esse perfil adotadas pelo Plano Nacional de Turismo de 2003 até 2014. As atividades eletivas para a intervenção são imediatistas e casuísticas e dirigidas somente para o turista estrangeiro, fora de qualquer plano global que leve em conta o conjunto do turismo nacional e das "Políticas Publicas" nesse setor.

Declarar que a Política Nacional de Turismo e sua estrutura política administrativa burocrática são comandadas por políticos de carreiras e profissionais duvidosos que foram indicados por políticos barganhadores de seu apoio ao governo de sustentação a Dilma Rousseff. Constitui-se em uma máxima verdade que é verdadeira, mas não explica na totalidade histórica do fato e, portanto, não chega à verdade, pois confunde a aparência com a essência dos fatos. E fornece uma resposta simplista para um fato social que necessita ser abstraído pelo sujeito com o objetivo de compreender todas as variáveis que compõem aquele fato social.

A compreensão exata desse processo de aberração para com o comando da burocracia do Estado brasileiro no campo do turismo, só pode ser compreendida quando nos reportamos à revolução de 1930 com a entrada de Getúlio Vargas no comando do Estado brasileiro, rompendo com as antigas oligarquias latifundiárias mineiras e paulistas, que perdem seu poder dirigente do Estado brasileiro, dando lugar à lógica de reformas para um capitalismo reformista.

Em 1939 Getúlio consegue estabelecer as diretrizes do Estado Novo, isto é, remodela a organização do Estado brasileiro na figura e entorno de sua própria pessoa e do turismo, como o pai dos pobres e faz uma política voltada para preparar a "força de trabalho" para ingressar no processo de industrialização. Para isso necessita de um Estado forte e hegemônico em uma fala política em que o processo de inculcação ideológica - o chamado getulismo organizado pela Divisão de Imprensa e Propaganda se torne a espinha dorsal de seu comando político.

> O Estado Getulista necessitava após a implantação da Ditadura, dizer para que e por que dominou o aparelho de Estado e escolher quem seriam seus interlocutores principais. Para isso, criou, em 1939, o Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP, como instrumento capaz de centralizar e direcionar a ideologia do "Estado Novo" junto à população em geral e aos trabalhadores em particular. E graças à atuação "insolente" de bastidor e própria da juventude da época, a filha de Getúlio, Alzira Vargas, conseguiu impor a criação da Divisão de Turismo como uma preocupação do "Estado Novo" (SANTOS FILHO, 2007, p.1)

Atendendo a um pedido de Alzira sua filha que, coadunavam com os interesses do Estado Novo o turismo surge como um novo e interessante instrumento capaz de auxiliar no controle ideológico da massa trabalhadora e setores da burguesia. O turismo na história mundial tem um passado marcado pelos Estados ditatoriais começando pelo governo da Alemanha e Itália em 1937, as

primeiras ditaduras a terem férias totalmente financiadas pelo Estado para a classe operária para cultuar a pátria através das viagens (turismo social). Foi aproveitada pelos partidos nazistas e fascistas como forma de dominação ideológica das massas em torno de um líder.

Nesse sentido, a divisão de turismo é usada pelo Estado brasileiro como uma das formas de controlar a imagem que era divulgada sobre o chefe de Estado e o próprio Estado getulista. Nesse aspecto é que o governo getulista usa o turismo nessa mesma época para garantir a imagem de um governante moderno, audacioso, nacionalista, voltado para as necessidades das classes trabalhadoras e com ampla aceitação popular, segundo documentos da época o turismo e responsável por:

> Superintender, organizar e fiscalizar os serviços de turismo interno e externo [...] plenamente justificadas pelos recursos que o Brasil oferece nesse setor, dada a extensão do seu território, a riqueza dos seus aspectos naturais, seu clima variado e suas águas medicinais, suas preciosidades históricas e, sobretudo, toda essa civilização nova que se processa em ritmo acelerado, colocando o nosso país numa situação verdadeiramente privilegiada (Revista Cultura e Sociedade, ano II n. 21, novembro de 1942, p. 184).

Com a idéia de Estado Novo que esta facilitando o aparecimento de uma civilização nova, o turismo se configurava como instrumento cívico:

> [...] que se incumbia de receber e assistir os visitantes estrangeiros, facilitando-lhes o acesso aos pontos mais interessantes das nossas *urbis,* ao mesmo tempo que, por meio de vistosos cartazes e folhetos com informações detalhadas sobre os pontos mais atraentes do país, fazia a propaganda externa, com o propósito de melhor atraí-los à nossa terra (Revista Cultura e Sociedade, ano II n. 21, novembro de 1942, p. 172).

Conclusões

O Brasil, triste história de um Estado que utilizou o turismo como instrumento para o controle social dos brasileiros e estrangeiros, pois só servia para engrossar as manifestações operarias para "promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com o intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferencias, exposições demonstrativas das atividades do governo" (Revista Cultura e Sociedade, ano II n. 21, novembro de 1942, p. 173).

O turismo foi colocado dentro do Estado Novo em 1939, junto ao Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP, como uma atividade que vive e sobrevive para controle do individuo. Portanto, se torna o *lócus* onde o Estado usa esse espaço para cumprir acordos políticos, nomeando para ocupar os cargos administrativos apadrinhados ou políticos de segunda grandeza que usam o cargo para galgar outras funções na estrutura do Estado.

Por isso o turismo é considerado uma atividade que politicamente

serve como elemento de troca, ou seja, é usado como moeda podre no arranjo para acomodação dos interesses políticos do Estado brasileiro. Nesse caso, suas ações são paliativas, obscuras e de lesa-pátria, um verdadeiro instrumento de ajeitamentos para agregar os estapafúrdios e complexos movimentos de *bricolagem* da política brasileira.

Referências

CULTURA POLÍTICA. **Revista Mensal de Estudos Brasileiros**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Ano II, n. 21, 10 de novembro de 1942,

LUKÁCS, Georg. **As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem**. In Revista Temas de Ciências Humanas. São Paulo: Ciências Humanas, nº 4, 1978.

SANTOS FILHO, João dos. **O turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda.** Disponível em: Revista digital. Buenos Aires. Ano 12. N. 114. Noviembre de 2007. http://www.efdeportes.com/efd114/o-turismo-na-era-vargas-e-o-departamento-de-imprensa-e-propaganda.htm. Acesso em: 10 julho. 2011.

* **JOÃO DOS SANTOS FILHO** é Bacharel em Turismo, pelo Centro Universitário Ibero-Americano de São Paulo (Unibero) e Bacharel em Ciências Sociais, pela PUC/SP. Mestre em Educação: História e Filosofia da Educação, pela PUC/SP. Professor-convidado na Faculdad de Filosofia e Letras da Universidad Nacional de Heredia (UNA), em San José da Costa Rica. **Professor concursado pela Universidade Estadual de Maringá.** Autor do livro "Ontologia do turismo: estudo de suas causas primeiras" EDUSC, Universidade de Caxias do Sul. E-mail: joaofilho@onda.com.br Blog: http://hospitalidadeeturismo.blogspot.com/